



Pensamento e Accção de Benjamim Videira Pires em *Religião e Pátria*

JORGE BRUXO* E MARIA DE LURDES N. ESCALEIRA**

À laia de introdução podemos afirmar que, entre os anos de 1948 e 1998, viveu em Macau um jesuíta chamado Benjamim António Videira Pires (BVP). Macaense por um lustro, este como outros transmontanos,¹ durante uma boa parte do século passado testemunhou o que foi neste rincão do Oriente sofrer os efeitos da Segunda Guerra Mundial, das guerras da Coreia e do Vietname e também da guerra civil chinesa, culminando esta com a subida ao poder do Partido Comunista Chinês e com a retirada para Taiwan do Kwomintang, sem esquecermos os tempos da Revolução Cultural Chinesa, de que decorreu em Macau o “1, 2, 3”,² nos anos sessenta do século xx.

* Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluiu o mestrado em Língua e Cultura Portuguesa na Universidade de Macau, sendo actualmente docente do Instituto Politécnico de Macau. Publicou, como autor ou co-autor, vários artigos e livros, como *Padre Joaquim Guerra, Uma Biografia Intelectual* (2004).

Graduate in Law from the University of Lisbon, M.A. in Portuguese Language and Culture from the University of Macau, currently he lectures at the Macao Polytechnic Institute. He has authored and co-authored several articles and books, namely *Padre Joaquim Guerra: Uma Biografia Intelectual* (2004).

** Docente do Instituto Politécnico de Macau desde 1994, é licenciada em Filosofia, licenciada e mestre em Administração Pública e doutorada pela Universidade do Porto. É autora de vários artigos e do livro *Ensino da Tradução em Macau: Dos Curricula Propostos à Realidade de Mercado* (2013).

Currently lecturing at the Macao Polytechnic Institute, she has a degree in Philosophy and also a degree and M.A. in Public Administration. She obtained her Ph.D. degree from the University of Oporto. She has authored many papers, articles and the book *Ensino da Tradução em Macau: Dos Curricula Propostos à Realidade de Mercado* (2013).

Em Macau, além do seu *munus* sacerdotal e do notável trabalho pedagógico como professor e director de instituições de ensino, BVP cultivou o trabalho literário e a investigação histórica, tendo parte importante desta obra sido publicitada pela vez primeira em *Religião e Pátria* (R&P).

Esta revista foi, durante um longo período do século xx, um marco cultural e fonte inspiradora da comunidade portuguesa do Macau daquele tempo. Desse instrumento editorial se utilizou BVP para dar à estampa alguns dos frutos do seu incansável e persistente trabalho de pesquisa em arquivos, livros, e locais históricos, mas também de criação literária e de redacção de monografias e artigos especialmente sobre os portugueses no Oriente e as circunstâncias em que foi propagada a mensagem evangélica, sempre em institucionalizada ligação com os ideais de lusitanidade.

A sua vasta e rica biografia³ revela o seu intenso labor como excelente poeta e prosador da língua portuguesa, historiador e educador, traduzindo-se na profícua obra que nos deixou como tesouro literário para as gerações presente e futura. No que concerne à educação, merece especial destaque a obra em prol da educação dos jovens de Macau, tendo fundado o Instituto D. Melchior Carneiro, uma instituição educativa de referência, e da qual foi director desde a sua fundação em 1961 até 1998,⁴ quando após um triénio rocambolesco, se retirou para Torre de Dona Chama, sua terra natal, em Trás-os-Montes, no Norte de Portugal.

BENJAMIM VIDEIRA PIRES, SJ: IN MEMORIAM

II. *Religião e Pátria*⁵ (1914-1968) é uma revista portuguesa no Extremo Oriente, que atravessa parte significativa do século xx e revela aspectos importantes da diáspora lusíada, não só em Macau, mas também em Hong Kong.

Fundada em Maio de 1914, na cidade de Hong Kong, por José Maria Gonzaga Pereira,⁶ um ilustre macaense radicado nessa então colónia britânica, é, inicialmente, uma publicação mensal⁷ destinada à comunidade portuguesa de Hong Kong,⁸ na qual se pretendiam manter acesos os ideais do catolicismo e da lusitanidade. O Pe. Manuel Teixeira caracteriza-a como “revista mensal, católica, patriótica e noticiosa”. E assim se mantém, com um hiato de seis meses, até que, em Dezembro de 1927, de acordo com a vontade testamentária do seu fundador, falecido em finais do mês anterior, a propriedade, bem como algum património para garantir a sua sustentabilidade, são transferidos para os Jesuítas Portugueses, assumindo o cargo de director o Pe. João de Deus Ramalho,⁹ que durante algum tempo fundiu a R&P com a revista mensal *Ecos da Missão de Shiu-Hing*, situação que se manteve até Maio de 1928, data em que, nas palavras do Pe. Manuel Teixeira, “o editor dos *Ecos* restituiu à *Religião e Pátria* a sua independência”. Em Maio de 1931, a revista passa a sediar-se em Macau, no Seminário de São José, tendo a direcção sido assumida pelo Pe. Elias Marçal Pequito até 28 de Abril de 1934 e, a partir dessa data, pelo Pe. Manuel Fernandes Ferreira. Ainda segundo o Pe. Manuel Teixeira, “durante a guerra do Pacífico, 1941-1945, a *Religião e Pátria* lutou com grandes dificuldades, mas aguentou-se. A 9 de Maio de 1948 ficou director e editor”¹⁰ o Pe. António Bernardo Gonçalves, que, em 21 de Fevereiro de 1955, parte para Goa, sendo no número 5, de 6 de Fevereiro de 1955, que BVP surge pela primeira vez como director e editor da revista e, no mesmo ano, em 5 de Junho, aparece também como proprietário.

BVP assume o projecto editorial *Religião e Pátria*, de 1955 a 1968, e aí publica parte dos seus trabalhos jornalísticos, literários e históricos, alguns deles posteriormente editados em separata ou reaproveitados para serem integrados em livros.

Durante o período em análise, de 1955 a 1968, a revista apresenta uma continuidade no seu grafismo, com capa em papel diferente das folhas interiores, seguindo uma paginação por cada número e, posteriormente, anual, com vista a estar preparada

para ser encadernada por volumes anuais. As capas apresentam litografias com imagens simples e ingénuas e, algumas vezes, fotografias de pessoas notáveis, de acontecimentos e de paisagens, de monumentos e documentos históricos e, por vezes, até poesias de BVP. Nos últimos cinco anos deste período a R&P assumiu uma feição mais popular.¹¹ Ao longo destes 13 anos adoptou dois tipos de formato, muito próximos de meia folha A4.

A administração da revista não foi tarefa fácil, na medida em que as fontes de receita eram escassas, pois as receitas provenientes das vendas e das assinaturas não cobriam os encargos de produção e distribuição, e o património legado pelo fundador desvalorizou-se completamente no tempo da ocupação nipónica de Hong Kong (1941-1945). Mesmo com os pagamentos da publicidade, que era muito pouca, os proveitos continuavam a ser insuficientes, sendo frequentes os apelos a donativos e à angariação de novos assinantes. Recorria-se então, suplementarmente, às doações de novos benfeitores, cujos nomes eram publicados na revista, numa espécie de quadro de honra e reconhecimento. E dessa forma de reconhecimento decorre que o maior benfeitor foi o Dr. Pedro José Lobo, como também é claramente expresso por BVP em “Homenagem de saudade e esperança”, publicada por ocasião do falecimento desta figura pública de Macau.¹²

A revista, como todas as publicações do seu tempo, estava sujeita à censura oficial e, em simultâneo, à censura eclesiástica, esta porventura mais sob a forma de autocensura.

Os colaboradores de R&P eram em parte padres católicos, como são os casos de Manuel Teixeira, Joaquim de Jesus Angélico Guerra e Anacleto Pereira Dias e por outro lado de familiares do director, destacando-se, entre estes, os seus irmãos.¹³ Mas, por vezes, a edição socorria-se de textos, nomeadamente entrevistas e artigos já anteriormente publicados em revistas, como *Magnificat*, ou em jornais, como *Novidades* ou *Debate*.¹⁴ Em alguns números insere a publicação de documentos históricos encontrados nos arquivos, como é o caso de “Catálogo dos missionários”, “A embaixada mártir: De Macau a Nagasáqui, em 1640. Dois importantes documentos inéditos e três documentos Inéditos de Macau”.¹⁵ Quanto às notícias internacionais, o director e editor da revista recorre, principalmente, às informações da ANI, um serviço oficioso do Governo Português.

É notório o esforço não só para conseguir financeiramente manter o projecto de publicação de R&P, mas também para reunir um número suficiente de artigos e outros textos, pelo que, por vezes, é o próprio director que traduz, adapta ou redige algumas histórias, contos, notícias, como é o caso de “A Igreja do Copo de Água” de Ry de La Torche¹⁶ e notícias internacionais, assinando com as abreviaturas B e BV, com o pseudónimo “Missus”, havendo ainda muitos textos não assinados, mas que iniludivelmente saíram da pena de BVP.

Religião e Pátria é um projecto empenhadamente assumido por BVP durante cerca de 13 anos, facto evidenciado pelo número de entradas, pelas opções editoriais e por factos óbvios, como a publicidade constante aos seus livros, bem como a não publicação da revista durante algumas das suas ausências de Macau, como em 1956 devido a um retiro ou, em 1958, por ocasião de uma ida a Timor.

Sem dúvida que BVP assume R&P como uma missão, visto que considera que um jornal católico é uma forma de “expressão do pensamento católico acerca dos acontecimentos contemporâneos, participação nos grandes debates políticos, sociais, económicos e culturais como também na informação popular e na difusão de notícias. BVP considera que o jornalismo cabe perfeitamente nas tarefas do apostolado.”¹⁷

Francisco, irmão de BVP, referindo-se a R&P, qualificou-a como “órgão da Ordem, como veículo das suas obras apostólicas, nomeadamente Apostolado da Oração, procurou rasgar-lhe abertas para toda a cultura universal, caldeada na frágua do Evangelho. Fugindo, porém, a tudo que rescendesse a incenso de sacristia. Cria secções novas. Com apanhados muito completos do noticiário local e internacional, uma secção juvenil, outra recreativa, os seus fundos, variando entre problemas circunstanciais de religião e cultura geral, embora anónimos ou assinados pela inicial B, impõem-se logo pela mestria pensante, bem como também pelo estilo muito limpo.”¹⁸

III. Os editoriais¹⁹ de *Religião e Pátria*, do período em análise, são, na sua larga maioria, assinados por BVP e mostram alguém preocupado com os problemas do seu tempo, tratando-se de escritos que se lêem com agrado e de, apesar de situados num tempo concreto, apresentarem aspectos que podem considerar-se marcados por uma certa intemporalidade, havendo

outros que revelam a marca indelével da conjuntura em que foram produzidos.

Os editoriais tinham a Moral, o Evangelho, a Pátria, e o cumprimento do dever como temas recorrentes, podendo distinguir-se alguns que constituem mensagens sociais, outros de cariz religioso e outros eivados de patriotismo ou revelando aspectos de política local, nacional ou até internacional.

Frequentemente, os editoriais ajustavam-se aos tempos litúrgicos, relacionando-se com as leituras evangélicas das liturgias dominicais correspondentes à data da publicação de R&P ou da quadra festiva do momento da publicação, como Natal, Páscoa, ou Aparições de Fátima. A devoção a Maria, Mãe de Jesus Cristo, está patente em vários editoriais e em artigos onde mostra o quanto Portugal e Macau devem à protecção da sua Padroeira, invocada como Senhora de Fátima, ou Senhora da Conceição, enaltecendo o valor da reza do terço. É o caso dos editoriais “A mensagem de Fátima” e “Sou filho de Maria” e de outros publicados em R&P e, posteriormente, incluídos em *A Mulher Venceu*.²⁰

Em “A riqueza e o católico” e “A riqueza e o evangelho”²¹ afirma que esta é apenas um meio para alcançar o objectivo da vida terrestre: a salvação da alma, porque Deus é o único fim de tudo.

A nível da realidade social revela um bom conhecimento do quotidiano macaense e mostra os erros em que, na sua perspectiva, as pessoas incorrem ao esquecer a moral cristã, apontando sempre que o caminho a seguir é amar a Deus e a Pátria, educar os filhos na religião cristã, seguir os ensinamentos da Igreja e promover a defesa da família, como fundamento da sociedade e do desenvolvimento da própria comunidade eclesial.

No editorial “A Paixão de Cristo, em Macau”²² descreve a Procissão das Dores e exorta à conversão de Macau. Em alguns editoriais são abordados temas políticos que procura desenvolver numa óptica crítica, mas sempre com vista à sustentação e defesa da doutrina social, política e religiosa oficialmente assumida pela Igreja Católica e também pelo Estado Português. A consonância de R&P com a política ultramarina portuguesa de então é evidente em várias afirmações e na transcrição de discursos do então Chefe do Governo de Lisboa, Professor António de Oliveira Salazar. Por exemplo, são transcritos o discurso de 30 de Novembro de 1967, intitulado “A política de África e os seus erros” e o discurso de Salazar em Braga.²³

BENJAMIM VIDEIRA PIRES, SJ: IN MEMORIAM

No seguimento da linha editorial anterior, a Revista veicula uma forte e clara crítica ao comunismo, considerando-o como “a destruição completa da vida humana, em benefício de uma quadrilha,”²⁴ publicando notícias, quase sempre comentadas, para comprovar esta posição política.

Por vezes nos editoriais estabelece-se uma ligação entre política e religião, como é o caso dos editoriais intitulados “Crise de religião. Crise de autoridade”, “Patriotismo e religião”, “A Igreja e o Estado na esfera das suas competências” e “O poder civil e o eclesiástico”.²⁵

Também nos surgem editoriais onde, baseando-se em factos históricos ou na sabedoria popular²⁶ dos povos de Portugal e da China, discorre sobre um determinado assunto. Camões é tema de vários editoriais, como: “Presença de Camões”, “4.º Centenário da vinda de Camões a Macau”, “O chamamento do mar”, “Camões, poeta da fé” e “Camões – Portugal” e “A lição de moral de *Os Lusíadas*”.²⁷

A análise dos editoriais revela que BVP é um homem detentor de uma cultura geral vasta e sólida, que, a partir de factos históricos, teorias filosóficas, obras literárias, contos populares, doutrinas sociais, políticas e religiosas, constrói mensagens de apologia e exortação ao cumprimento da moral cristã, dos deveres patrióticos e dos bons costumes.

A preocupação de transmitir os ensinamentos da religião cristã, dando orientações sobre a forma como os cristãos devem viver, levam-no a reunir alguns textos publicados em R&P e a editá-los sob o título *Pregai o Evangelho*,²⁸ tendo como propósito servirem de base de apoio a homílias das missas dominicais e de festividades religiosas.

IV. Os **conteúdos** de R&P da autoria de BVP, para além dos editoriais, incluem uma vasta produção literária e de investigação histórica,²⁹ debatendo temáticas que vão desde a religião, à filosofia, à história e à literatura, mas também notícias de Macau, de Portugal e do estrangeiro, extractos do *Boletim Oficial da Província de Macau*, passatempos e diversões.

A religião e as doutrinas da igreja constituem assunto que, para além do que foi escrito nos editoriais, é tratado em vários artigos sobre o pensamento católico, ou melhor sobre as doutrinas oficiais da Igreja Católica. Estas temáticas levam-no a publicar vários artigos, versando o cristianismo, o budismo, o protestantismo³⁰

(luteranismo, calvinismo, anglicanismo). Em “Crime de lesa-majestade” debate o relacionamento do budismo e do cristianismo no Vietname, em “O Cristianismo na China”³¹ afirma-se essa ideia de diálogo inter-religioso. Este artigo está dividido em três épocas: I – Nestorianismo e os Franciscanos; II – Os Jesuítas sob o Real Padroado de Portugal; III – Os Tempos Modernos.

A exortação à participação dos fiéis e o seu papel na difusão da fé católica são uma preocupação constante, tendo afirmado que as doutrinas do Concílio Vaticano II têm de passar do papel à prática.³² É, porém, no muito extenso artigo “Deus existe”³³ que passa em revista a tese de vários estudiosos da Grécia antiga, da China, do Egipto, e de outros, para provar, segundo a voz da ciência, do coração e da moral, a existência de Deus, o que em seu entender até é evidenciado pela própria existência da palavra Deus na grande maioria das línguas.

As preocupações relativas ao desenvolvimento social, de acordo com os arquétipos católicos, são transmitidas em artigos vários, como “A doutrina social da Igreja e “O liberalismo católico ou meditação sobre Nicodemos”.³⁴

No artigo “Livros proibidos”³⁵ analisa as três atitudes sobre a proibição dos livros pela Igreja Católica, através do Santo Ofício: Primeira - Acatamento por decisão pessoal, livre e consciente; Segunda - Desobediência por católicos inconscientes ou com formação deficiente; Terceira - Contestação por aqueles que se consideram auto-suficientes, não reconhecendo à Igreja nenhuma competência para condenar livros e proibir ou condicionar a respectiva leitura. Esta ideia de classificar os livros, de acordo com padrões morais, leva a que, a partir de 1955, BVP inclua em R&P uma secção intitulada “Lápis Vermelho” (ficheiro moral de autores e livros), onde faz uma análise de livros, dividindo o artigo em três partes: biografia do autor da obra em análise, qualidades e defeitos e juízo moral das obras principais.³⁶ Também os filmes são objecto de classificação moral, referindo se estes são aconselháveis para crianças, jovens, famílias, adultos ou não devem ser vistos.

A ideia de castigo para os que não seguem os princípios da religião cristã é uma constante, como em “O primeiro baile”,³⁷ um texto demasiado duro e impiedoso para com uma jovem que é obrigada pela mãe a ir ao baile de um clube com um vestido decotado e que, apesar de ela não ter pecado, apanha um resfriado e tem que ir para casa onde delira com febre e remorsos.

BVP pergunta: quantas pessoas não pisam o sangue de Cristo nestes bailes por culpa de outros que vão em moda, cinemas, reuniões e bailes.

Em “Haverá Santos entre as crianças”³⁸ defende que a santidade “não é um privilégio da idade adulta”, dando vários exemplos de crianças que se tornaram santas e que devem servir de exemplo para todos.

Sobre a morte em “Pagem da corte do Céu”³⁹ afirma que “a morte cristã não é um fim em si mas um meio para chegar à vida verdadeira, a de Deus” e para isso é preciso que saibamos fazer a escolha certa, porque “apenas entramos na vida, logo dois caminhos se abrem diante dos nossos passos cheios de alvoroço: o caminho da terra, com todas as suas comodidades materiais, prazeres animais, riquezas e honras efémeras; e o caminho do Céu, semeado de asperezas, mas orvalhado de consolações indizíveis”. O primeiro leva o homem ao Inferno enquanto o segundo o conduz ao Paraíso.

Política, como ideologia a ser propagandeada, está sempre presente em R&P. É o caso do artigo “O nacionalismo de Fernando Pessoa”⁴⁰ onde considera que, politicamente, o poeta caminhou na linha do nacionalismo puro, embora do ponto de vista religioso se tenha afastado do catolicismo, chegando a equiparar Cristo a um dos deuses fabulosos do Olimpo.

Há um ataque ao comunismo, como em “Enquanto o Kremlin sorri”⁴¹ onde alerta para a “ofensiva de amabilidade e sorrisos” iniciada pelo comunismo internacional após a Conferência dos Quatro Grandes (Genebra 18-23 de Julho de 1955), e questiona: “Que significa porém esse sorriso? Sinceridade ou perfídia?”, transcrevendo factos para concluir e exortar para que as pessoas não sejam ingénuas e não se deixem “fascinar nem iludir por esses ‘sorrisos’”.

De modo similar, ataca a maçonaria e o espiritismo. Sobre este último, podem ver-se artigos como “A grande espírita” e “A origem dos espiritismos”. Relativamente à maçonaria, entre os vários artigos que se lhe referem, cita-se “A Maçonaria e os seus rebentos”.⁴²

Em “S. Tomás e Rousseau”⁴³ sublinha que, de acordo com as doutrinas tomistas, o poder deve ser exercido pelos sábios e virtuosos, contradizendo as doutrinas decorrentes do contrato social, segundo Rousseau, da democracia dos números, da lei da força de Proudhon e da plutocracia. Afirma-se,

BENJAMIM VIDEIRA PIRES, SJ: IN MEMORIAM

consequentemente, um corporativista convicto, muito próximo do integralismo lusitano.

Em “O conceito cristão de propriedade”⁴⁴ escreve que “os recursos imensos do universo não se destinam apenas à utilidade de alguns privilegiados, mas de todo o género humano. Nenhum direito de propriedade particular deve prevalecer contra esta função primordial da riqueza. Mais, a propriedade particular não se justifica senão enquanto permite assegurar uma valorização e distribuição mais ordenada das riquezas destinadas à utilidade de todos. Aos responsáveis pelo bem comum da sociedade humana compete tomar todas as medidas eficazes para que o direito de propriedade privada sirva para a prosperidade da comunidade e não para o seu depauperamento. Para este trabalho ingente é naturalmente indispensável o concurso de todos, sobretudo dos sacerdotes e educadores formando a consciência das massas nas três virtudes basilares: justiça, caridade e liberalidade.”

Filosofia é uma área onde podemos constatar a abordagem de questões diversas com referência a várias correntes filosóficas, indo desde os essencialistas aos existencialistas. E se é certo que vai mostrar-se alinhado com o pensamento oficial da Igreja Católica e o existencialismo cristão de Marcel Mauss, não deixa de abordar Jean Paul Sartre, embora com o objectivo de dele e de outros de igual teor justificadamente discordar. Neste seu artigo publicado sob a epígrafe de “Editorial (Existencialismo e Cristianismo)”, questiona se “será o existencialismo conciliável com o cristianismo e, consequentemente, será admissível um ‘existencialismo cristão’” e se “será possível afirmar-se que o cristianismo é um existencialismo”. Para responder a estas questões não perde a oportunidade de invocar a Encíclica *Humani Generis* do Papa Pio XII. Esta era uma temática que o preocupava tendo publicado outros artigos sobre este assunto, como “Humanismo cristão e humanismo existencialista”.⁴⁵

As discussões filosóficas são oportunidade para um debate que tem por finalidade afirmar um certo aspecto religioso, como acontece em “O que é a liberdade?” onde discute os três conceitos de Liberdade: Primeiro, o “direito de fazermos o que nos apraz ou apetece, que mais não é que libertinagem, representando a desgraça da vida social, do progresso, da civilização, da pátria, da família e do próprio indivíduo que a procura deificar”. Segundo, a “Liberdade maquinal e sem vida i. e. o direito de fazermos aquilo que somos

BENJAMIM VIDEIRA PIRES, SJ: IN MEMORIAM

forçados a fazer, liberdade totalitária que destrói a liberdade individual e a personalidade humana, a favor do Estado”. Terceiro, “o verdadeiro conceito de liberdade é o direito de fazermos aquilo que devemos fazer, é obedecer espontaneamente à lei de Deus, escrita na consciência e explicada pela Revelação do Antigo e Novo Testamento”. Conclui que “a liberdade é o amor de Deus sobre todas as coisas e o amor de todas as coisas segundo a vontade de Deus. Os santos são os homens mais livres porque são os mais parecidos com Deus”.⁴⁶

Em “Ideal e finalidade – Problemas de filosofia”⁴⁷ afirma a tendência de todo o homem, tanto do pessimista como do optimista, para o Ideal e questiona-se: “E onde terá este facto a sua razão de ser? Será o Ideal uma quimera, uma categoria da nossa mente, sem qualquer valor objectivo?” E, através de uma argumentação e fundamentação de teorias lógicas, chega à conclusão da existência do Ideal como “condição da nossa dupla actividade: voluntário-racional”, assumindo a designação de Fim (actividade voluntária) e de Ideal (actividade racional). Existe uma permanente tensão entre o homem finito e imperfeito que tem imanente a ideia de perfeição e de Ideal (Deus) pelo que o caminho para a perfeição (Ideal) se faz através de actos imperfeitos. Este é um artigo inspirado na obra do Jesuíta Joseph Marechal sobre o ponto de partida, ou princípio de causalidade, da metafísica, trazendo à reflexão posições assumidas por filósofos como Santo Agostinho e Kant.

A sua atitude face à **ciência** é de curiosidade e de uma reflexão que tem como objectivo trazer ao de cima o entendimento da Igreja Católica como, por exemplo, no artigo “O homem virá do macaco”,⁴⁸ em que responde afirmando: “Quanto à sua alma, não, mas, directamente de Deus. Quanto ao seu corpo, nada está provado, com certeza, e, por isso, não há, até agora, razão para admitir essa hipótese.”

Em “Ciência e religião”⁴⁹ defende que estas realidades se movem em campos distintos, a primeira exigindo factos e a segunda indo aos princípios e tratando da verdade eterna, considera errado afirmar que estas se opõem mas se complementam mutuamente.

A **literatura** é uma presença constante em R&P, indo desde a prosa à poesia e passando pela literatura de viagens, revelando gosto e amplo conhecimento desta arte. É de realçar o facto de BVP se ter debruçado sobre a literatura, com destaque para a poesia, nomeadamente a chinesa.

A literatura portuguesa é objecto de estudo por BVP, tendo publicado vários artigos em R&P sobre esta temática, como por exemplo, “O nacionalismo de Fernando Pessoa,” artigo em que assinala que Teixeira de Pascoais chegou a negar a Fernando Pessoa a qualidade de poeta e que mesmo alguns admiradores como Casais Monteiro e Gaspar Simões subestimaram a obra *A Mensagem*.⁵⁰ Sobre a qualidade artística e o nacionalismo de Fernando Pessoa, BVP não tem a menor dúvida. O que ele, sempre que pode questiona é o posicionamento de Pessoa perante a fé católica, que coloca nos antípodas do pensamento religioso.

Por várias vezes BVP comenta livros. É o caso de *Macau, Sentinela do Passado*,⁵¹ de José Silveira Machado, que BVP equipara ao género literário cultivado por Plínio Salgado ou Luís Forjaz Trigueiros.

Em alguns números de R&P surge uma rubrica intitulada “Temas literários”, na qual BVP discorre sobre literatura, como em, “Manuel Bandeira: Cantor da Desilusão” e em “As influências em Gil Vicente”, onde afirma ser o *Auto da Alma* “a obra mais sublime do dramaturgo português e porventura o canto do cisne do nosso lirismo religioso.”⁵²

O próprio BVP se dedica à escrita literária, com destaque para a obra poética, tendo publicado novelas, como “Sangue sobre a neve”,⁵³ onde a trama gira à volta de um jovem seminarista que se apaixona e quer abandonar o seminário. O final, como acontece noutros finais das estórias de BVP, é trágico, tendo o jovem perdido a vida num acidente.

A literatura de viagens tem como principal objectivo mostrar a acção dos missionários e relatar as dificuldades sentidas para divulgar a fé cristã em terras do Oriente. Por exemplo, em “O grão de mostarda” relata a chegada a Macau de três jesuítas, os padres Francisco Perez, de Espanha, Manuel Teixeira e André Pinto, de Portugal, referindo a construção, junto ao Penedo do Patane, da primeira residência de religiosos, de onde, tal como o grão de mostarda, irá desenvolver-se a presença dos jesuítas em Macau até à criação e funcionamento do Colégio de S. Paulo; “Viagem contra a monção” refere a viagem de Gil de Góis, embaixador de Portugal, e dos padres Manuel Teixeira e Francisco Perez, entre outros, de Goa a Macau, onde foram recebidos com regozijo “na esperança de que ... se consolidasse a situação instável da feitoria e fosse autorizada a entrada do Cristianismo no Império das Flores”; e em “A minha primeira visita a Timor”⁵⁴

BVP relata as suas impressões da viagem de Agosto a Outubro de 1965.

A poesia de BVP, mostra-se em trabalhos que revelam a sensibilidade e profundidade deste transmontano, no seu arreigado apego a valores que lhe foram inculcados no berço mirandense e nos colégios portugueses e espanhóis que frequentou antes de se radicar em Macau. Tal como o transmontano Miguel Torga, também a poesia de Videira Pires denota alguns profundos aspectos telúricos e uma melodia vinda dos cantares populares dos povos além Douro. As suas obras poéticas mostram em simultâneo traços apologéticos do cristianismo e da lusitanidade, tais como eram oficialmente entendidos nesse tempo. De estilo simples e com uma narrativa facilmente entendível, os poemas possibilitam o ressalto da melodia rítmica que as palavras provocam, com imagens onde um suave lirismo desperta emoções e sugere ensinamentos para a vida. A obra poética de BVP, na sua globalidade, está ainda hoje indevidamente apreciada, desenvolvendo-se em três ciclos epocais, o primeiro deles ainda influenciado pelo movimento literário dos românticos e o último de combatividade acidulada por um certo *Finis Pátria* e uma certa combatividade ideológica, no alvor e primeiras manhãs das mudanças sociais e políticas, que avançam qual maremoto imprevisível e até indesejável, nos tempos do PREC (Processo Revolucionário em Curso), após a Revolução dos Cravos, que instaura a Democracia em Portugal.

As poesias em R&P são como pérolas incrustadas no lastro da Revista, tendo, algumas delas, sido incluídas nos livros de poesia⁵⁵ da autoria de BVP. As temáticas versadas são díspares, mas transmitem, quase sempre, uma reflexão religiosa e filosófica, por vezes de forma subtil e outras de forma mais explícita, ou discorrem acerca de ditos populares, acontecimentos festivos, como é o caso de “Poço dos ananases”, sobre a inveja e a cobiça, “Abril português”, ditados populares e “Ponte de estrelas”, sobre a festa da lua na China.

Além da sua própria poesia publicou poemas de João de Deus, Pe. Moreira das Neves, Fernando Pessoa, Branquinho da Fonseca, Couto Viana, Miguel Torga, Nuno Torres, Pedro Homem de Melo, Ruy d’Avintes, Guerra Junqueiro, José Régio, Eugénio de Castro, Hivan Tsong, Maria Dixon Thayer, entre outros,⁵⁶ e revela um interesse e conhecimento da poesia antiga chinesa (“Poesias selectas da China” – poesia com comentários), e, também, da poesia nova da China

BENJAMIM VIDEIRA PIRES, SJ: IN MEMORIAM

(“Antologia da poesia nova da China”, “Os alvares da poesia chinesa”, “Renascença literária na China, 1917-1950”).⁵⁷

Na “Antologia da poesia nova da China, que afirma tratar-se de “uma pequena amostra da vitalidade e elevação da poesia chinesa actual”,⁵⁸ refere-se aos seguintes poetas: Siu Tchemo (1895-1931), Wen Yito (1898-1946), Pien Tchelin (1910), Fong Tche (1905), e Ai T’sing (1910). Sobre este último escreve que “representa o realismo popular. Filho de camponeses e patriota revolucionário, épico e, às vezes lírico, é o maior poeta da sua escola. Alcançou fama o seu poema ‘Neva nas terras da China’”.⁵⁹

O **património de Macau**, tanto o edificado como o imaterial, é mote para alguns artigos sendo notória a preocupação do autor com o património religioso, igrejas e templos. Em “Templos católicos de Macau”⁶⁰ apresenta uma resenha histórica de cada uma das igrejas e capelas do multissecular Macau, defendendo que estes templos são “motivos que podem muito bem ser aproveitados para atracção turística pelas riquezas artísticas que os mesmos comportam ou pelos acontecimentos históricos a que se prendem”. Também os templos chineses lhe merecem atenção tendo publicado vários artigos, como “Os Dois pagodes de Ná-Cha”.⁶¹

“Ainda existe a primeira muralha de Macau” é um artigo, ilustrado com várias fotografias, em que localiza e descreve a situação de quase abandono a que esses testemunhos do passado estão votados, fazendo realçar o respectivo valor histórico, concluindo que “são relíquias veneráveis que não convém demolir, antes urge amparar. Devia limpar-se e mostrar-se aos turistas”. Neste artigo é o próprio BVP que mostra a sua preocupação com a preservação e divulgação do património quando escreve: “Bem temos pregado neste sentimento nas páginas de *Religião e Pátria*”.

Sob o título “Monumento que ameaça ruína” é desenvolvidamente referido o estado lastimoso do jazigo do comendador Domingos Pio Marques, e dois números avante é publicada informação biográfica e genealógica desta figura, de acordo com as informações que lhe são prestadas por Abílio Basto e e José Martinho Marques, descendentes do referido comendador.

No artigo “Uma pintura antiga da Igreja da Madre de Deus”⁶² traça a história de uma pintura anónima, talvez anterior à Renascença, ao que parece sem grande valor como obra de arte, mas importante para a memória histórica de Macau.

BENJAMIM VIDEIRA PIRES, SJ: IN MEMORIAM

O património cultural também lhe desperta atenção, o que é notório em “Centenário do Farol da Guia” e, em “O Ninho das Pombas”,⁶³ a pretexto do Jardim Camões, fala do Poeta e da possibilidade de este ter estado em Macau.

Quanto à **educação** publica vários artigos versando principalmente o ensino católico, entre os quais “Porquê escolas católicas”,⁶⁴ em que questiona se “poderá um católico, no mundo descristianizado de hoje, ignorar as escolas católicas e enviar os seus filhos a instituições alheias às nossas sagradas crenças?” Responde afirmando que “não pode”, salientando o dever dos católicos educarem as suas crianças em escolas confessionais e que esse dever está expressamente consagrado no Direito Canónico. Defende que só em casos de extrema necessidade é permitido inscrever os filhos em escolas não católicas, devendo envidar todos os esforços para as transferir o mais rapidamente possível de forma a serem educadas em escolas confessionais.

Em “O Estado e o ensino particular em Portugal”,⁶⁵ debate o tema dos subsídios concedidos pelo Governo de Macau às escolas, lamentando que em Macau não seja aplicado o decreto 45 905 de 10 de Setembro de 1964 “que determina algum apoio, embora não suficiente, às escolas privadas. Porquê esta situação injusta? Porque é que o governo gasta tanto no apoio às escolas oficiais e deixa as particulares quase todas entregues à sua sorte?” Considera ser este um problema muito grave a necessitar de urgente resolução, porque a falta de apoio às escolas privadas põe em risco a sua sobrevivência. Mais de uma década depois, em finais da década de 80, a sua voz foi ouvida e o Governo de Macau passou a conceder substanciais apoios ao ensino privado.

Em “A escola e a família”⁶⁶ afirma a responsabilidade dos pais na educação dos filhos e critica a educação moderna, mostrando as consequências de educar os filhos à moderna: a criança vai dar num adolescente e jovem desobediente e libertino e num adulto irresponsável que anda na bebedeira, em farras e acaba na cadeia. Conclui que os pais foram fracos e agora têm que ser fortes para arrostar as consequências.

A **sociedade macaense**, naturalmente também é objecto de alguns artigos, destacando-se entre eles “A Cidade do amor - Reflexão sobre as relações entre as comunidades macaense e chinesa de Macau”,⁶⁷ com algum tom crítico para os macaenses e a sua actuação, nomeadamente no âmbito dos organismos e serviços

públicos, sustentando que macaenses e chineses ajudaram Macau a nascer e as duas comunidades devem respeitar-se e mutuamente ajudar-se.

A propósito da publicação do livro de José Silveira Machado, *Macau, Sentinela do Passado*, BVP afirma ser esta obra “um cântico de louvor à lealdade, cristianismo, beneficência, cultura e tradições de Macau” para, de seguida, dizer que Macau é um “deserto árido das letras”.⁶⁸

Os vários aspectos da vida social de Macau interessam BVP, dando-nos conta desses acontecimentos, sobretudo, nos editoriais onde referem bailes, cafés, novos hábitos sociais, acontecimentos culturais e de lazer.

História foi dos assuntos mais estudados por BVP, e de tal forma que isso foi reconhecido por credenciadas instituições, como a Associação Internacional de Historiadores da Ásia, a Academia Portuguesa da História, o Instituto Histórico Ultramarino e a Academia da Marinha, a primeira sedeadada em Manila e as restantes em Lisboa.

Ao longo das muitas dezenas de textos, na área da História, publicadas em R&P durante o tempo em que se mantém à testa desta Revista, torna-se evidente que a linha de investigação histórica prosseguida é a História dos Portugueses no Oriente, tendo Macau como centro irradiador dessa presença, como agentes privilegiados os jesuítas, nos domínios intelectual e religioso, a par com mercadores, soldados e marinheiros nos domínios económico-financeiro e do comércio marítimo regional e internacional. As fontes históricas documentais, monumentais e, mesmo orais, são objecto do seu cuidado desvelo e da sua meticulosa utilização.

De facto, BVP revela um persistente e valioso trabalho de investigação e uma preocupação com as fontes históricas, disso dando conta, na primeira pessoa, em “Sepultura dum mandarim, na Guia”,⁶⁹ onde discorre sobre a necessidade de a história dever fundar-se em fontes tanto imediatas, relíquias do passado, como mediatas seja na tradição oral ou escrita, ou mesmo na epigrafia. Por isso se preocupa com visitas a locais históricos, na procura e publicação dos documentos históricos que vai descobrindo, quase sempre aditando pequenos, mas oportunos, comentários. Conclui este artigo sugerindo que, mesmo antes de ser melhor investigada a biografia do mandarim Lok Pok San ou Lok Fu Kuan, deveria o Leal Senado mandar cuidar

do local para efeitos de manutenção do património histórico.

Recolheu informações em muitos cemitérios de Macau, nomeadamente no Cemitério dos Parses e no de S. Miguel, bem como em inscrições constantes de lápides funerárias instaladas junto da Fortaleza do Monte de S. Paulo, conforme é referido em “Lápides antigas de Macau”.⁷⁰

Na série “Macau e os Jesuítas” publica documentos, como “A acção dos Jesuítas em Macau: Inéditos sobre a Igreja do Colégio da Madre de Deus”.⁷¹

Entre os documentos que publica, o “Catálogo dos missionários, extraído dos Livros da Companhia de Jesus impressos na China”, que aparece disperso por vários números de R&P.⁷² Outra peça documental é “Estevão Serafim Fernandes - dilapidador dos bens da Diocese de Cochim (Dois inéditos reveladores)”,⁷³ escrevendo em nota que este documento “é uma cópia do original e ignoramos como veio ter a Macau”.

A maioria dos documentos históricos revelados em R&P têm a ver com Macau, Japão e Igreja Católica, citando-se, neste contexto, “Foi descoberta, em Roma, uma cópia autógrafa do Processo Informativo dos 61 Mártires de Macau” e “Processo Informativo dos 61 Mártires de Macau”, concluindo que o martírio não teve o imediato resultado esperado pelos japoneses, porque os portugueses não desistiram de fazer comércio com o Japão e Macau conseguiu ultrapassar todos os perigos, como o ataque dos holandeses, porque “seguramente Deus está com a “Cidade do Santo Nome de Deus”. “As 13 Testemunhas dos 61 Mártires”⁷⁴ é uma descrição exaustiva das declarações prestadas pelas testemunhas dos mártires.

E, por outro lado, BVP também elegeu como uma das suas preocupações a criação em Macau de um arquivo histórico que guardasse, assegurasse a conservação e possibilitasse a consulta dos muitos documentos que aqui permaneciam pouco mais que ao deus-dará. Em “Arquivo Histórico de Macau: Plano da sua organização”⁷⁵ manifesta o seu ponto de vista e refere o importante contributo dado, a esta questão, por Luiz Gonzaga Gomes, concluindo por afirmar que “acredita ter elucidado suficientemente os responsáveis e os leitores sobre o problema urgentíssimo da organização do Arquivo Histórico de Macau”. Quanto ao Regulamento propõe a adaptação a Macau da Portaria 5769, de 8 de Maio de 1952, vigente no Estado da Índia,⁷⁶ atitude que revela muito pragmatismo e

procura acelerada da resolução de um problema que não podia arrastar-se sem solução.

Outros temas tratados em R&P bem se poderiam incluir num grande lote de artigos susceptíveis de ser denominados Jesuítas do Padroado Português do Extremo Oriente, ou Jesuítas em Macau e no Oriente Extremo, no qual se incluiriam “Macau e os Jesuítas”, conjunto de artigos iniciado em Julho de 1955, tratando da vida e obra de D. Melchior Nunes Barreto, Baltazar Gago, Luís Fróis, Francisco Peres e Francisco Cabral; e “Jesuítas beneméritos de Macau”,⁷⁷ em que se incluem artigos sobre Diogo Vidal, Adam Shall, André Pereira, Félix da Rocha, Ferdinand Verbiest, Mateus Ricci e Nicolau Longobardi. Esta série é constituída por artigos centrados no trabalho diplomático exercido pelos Jesuítas, principalmente portugueses, para defenderem e ampararem Macau, que sem estes apoios dificilmente teria subsistido.

O artigo “A primeira expulsão dos Jesuítas de Macau” é publicado em números de diferentes anos,⁷⁸ podendo afirmar-se que o facto aí relatado constitui um grande golpe na vida cultural e assistencial da Cidade do Nome de Deus.

“A perseguição dos Boxers”⁷⁹ é um notável artigo onde se descreve o processo de formação e acção das seitas que originaram este movimento revolucionário que causou imensos mártires cristãos, tanto chineses como estrangeiros. Aqui se reporta ainda a grave crise política, económica e social em que tinha mergulhado a China, nos finais do século XIX e princípios do século XX, que depois das invasões e humilhações das potências ocidentais foi violentada a assinar o Protocolo de Paz de Setembro de 1901, daí resultando que “a China ficou transformada numa agência colectora de taxas alfandegárias para o pagamento de 67 milhões de libras (mais juros) aos Aliados”.

Quando, em certa ocasião, o Pe. Manuel Teixeira lhe envia para publicar o artigo “O cativo de D. Leonardo de Sá”, por dele discordar em alguns aspectos de investigação histórica, publica, expondo e fundamentando a sua discordância, “Resposta ao artigo seguinte do Revmo. em Cristo Pe. Manuel Teixeira”.⁸⁰ Este pormenor salienta a grande atenção de BVP à verdade histórica, não poupando nada, nem ninguém, quando é necessária a sua defesa.

Também são da eleição de BVP os estudos relativos a instituições e a outras figuras históricas de Macau. Entre os estudos de instituições refere-se “A

BENJAMIM VIDEIRA PIRES, SJ: IN MEMORIAM

Confraria dos Passos de Macau - Primeiros tempos e fontes de informação”⁸¹ tendo por objecto a história da Confraria ou Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, como entidade a quem se deve a “conservação e desenvolvimento até ao dia de hoje da devoção mais antiga e mais portuguesa e Macau”, segundo as próprias palavras de BVP.

E, entre as figuras históricas relacionadas com Macau, naturalmente para além dos jesuítas já antes referidos, citam-se os artigos “Comendador Domingos Pio Marques”, “A chegada do novo Governador de Macau (Pedro Correia de Barros)”, “Macau e a Hungria”, “Maurício de Benyowsky” e “Leonardo de Sá, segundo o Pe. Montanha”, “S. Francisco Xavier esteve em Hong Kong e quis vir a Macau”⁸² “D. Melchior Carneiro Leitão, SJ, Prelado de Macau” e “Mouzinho de Albuquerque (Herói da ocupação de Moçambique)”⁸³.

No referido artigo “Macau e a Hungria”⁸⁴ escreveu: “quero mencionar um facto totalmente desconhecido pelos historiadores nacionais: a hospitalidade concedida por Macau, no último trimestre de 1771, ao Conde ou Barão Maurício Benyowsky...e a seus oficiais e soldados”, os quais chegaram em 23 de Setembro de 1771, referindo os problemas suscitados, por causa disso, entre o Governador da feitoria D. Diogo Fernandes Salema de Saldanha e o Senado de Macau.

BVP mostra interesse e conhecimento sobre a história do comércio externo de Macau, tendo publicado vários artigos sobre uma diversidade de países, como “A historiografia do Japão” e “A quebra do comércio de Macau com o Japão, em 1639”⁸⁵ apresentando, neste último, ‘dois documentos inéditos’ para mostrar que a Companhia de Jesus “nenhuma culpa” teve nesta situação.

Fora de Macau concentra os seus estudos históricos nos países a Oriente da Índia onde se sentiu a presença portuguesa, o que se reflecte em “André, de Phu Pên, o 1.º mártir do Vietnam”; “A histografia na Birmânia”; “História do Cambodja”⁸⁶.

Outros artigos, como “Galeria dos bispos de Macau”, “A soberania de Portugal em Macau”, “Duas cidades irmãs (Macau e Nagasáqui)”⁸⁷ são, também, artigos na área da História dos Europeus no Oriente.

Alguns dos artigos publicados em R&P viriam a ser reaproveitados em livros como *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*,⁸⁸ *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*, *A Embaixada Mártir e Taprobana e Mais Além*.

Sem dúvida que BVP teve uma grande preocupação em traçar a história dos missionários no Oriente, com especial enfoque em Macau, fundamentada em documentos históricos, por vezes inéditos. Para assinalar o IV Centenário dos Jesuítas em Macau publica “A acção dos jesuítas em Macau”, afirmando que “nenhuma outra Ordem Religiosa ou Religião de Portugal se pode orgulhar santamente de ter trabalhado mais do que a Companhia para dilatar ‘a Fé e o Império’ sobretudo no Brasil e em Macau”⁸⁹.

“Um campo santo, de Macau”, dividido em duas partes: a primeira, é uma lista inédita e anotada por BVP dos jesuítas sepultados em S. Paulo e a segunda, dos defuntos não-jesuítas, tem como fonte um trabalho de Boxer.⁹⁰ Outro artigo baseado neste mesmo autor é “Um herói de Macau na defesa do Ultramar”,⁹¹ em que descreve a acção de D. Inácio Sarmento de Carvalho.

Mas não são só relativos aos portugueses no Oriente os seus artigos na área da História publicados em R&P. Que assim é provam-no os artigos “Os saxões”⁹² desde as origens até à Primeira Guerra Mundial, entre outros.

A concluir constatamos termos tentado esboçar uma síntese das grandes linhas enformadoras dos conteúdos de R&P e dos seus principais reflexos no público alvo naqueles tempos da edição desta revista no período de 1955-1968. E, por outro lado, concomitantemente, tentámos sublinhar os traços fundamentais do rumo intelectual e ideológico de BVP, como reflexos da projecção da sua personalidade em R&P, fruto das suas origens e da sua cuidada educação.

Com distribuição escassamente dirigida ao exterior de Macau, verificava-se que praticamente todos os números de R&P eram consumidos pela pequena comunidade portuguesa de Macau, constituída por portugueses nados ou criados no Oriente e portugueses expatriados, antes designados de reinóis, em grande medida aqui trazidos para funções administrativas ou militares.

É importante podermos constatar que se compulsarmos a imprensa macaense da segunda metade do século xx, nomeadamente *A Gazeta Macaense*, *O Clarim*, *O Jornal de Macau*, encontramos múltiplas referências a *Religião e Pátria*, o que evidencia o impacto social e cultural desta Revista em Macau.

Se a fundação de *Religião e Pátria*, e posterior revitalização por BVP, marca tempos de afirmação do jornalismo ao serviço do apostolado e da cultura, o seu

encerramento assinala o início de uma mudança de ciclo político e cultural, tendo ficado a dever-se à falta de assinantes, à escassez de colaboradores e ao menor tempo disponível para esse fim por BVP, porque mais comprometido e absorvido com as suas exigentes tarefas de educador. A revista foi também um processo de revelação do trabalho que, de forma constante, ia sendo produzido por BVP, pelo que recordar *Religião e Pátria* é também celebrar BVP, no ano do seu centenário, figura incontornável da vida intelectual do século xx

NOTAS

- 1 Tais como o comendador Joaquim Morais Alves ou Monsenhor Manuel Teixeira.
- 2 Motim popular com motivações políticas, ocorrido em Macau em 1966, no dia 3 de Dezembro (dia 3 do mês 12) – e daí 1,2,3 –, o qual foi muito influenciado pelo movimento dos guardas vermelhos que tinham desencadeado a Grande Revolução Cultural na China de Mao Zedong.
- 3 Sobre a vida e obra de BVP vide Francisco Videira Pires, *Padre Benjamim Videira Pires, Meu Irmão* (Macau: Instituto Internacional de Macau, 2011).
- 4 Parece pouco justificada a mudança de nome desta instituição educativa que agora se chama Colégio Mateus Ricci.
- 5 As citações e referências a textos publicados em R&P são, neste artigo, referenciados com indicação do respectivo ano e página inicial da publicação, ou citando ano, número da revista e página.
- 6 Os documentos consultados comprovam que R&P foi fundada em Hong Kong, em 1914, contrariando a informação que dá BVP como seu fundador (<http://www.oclarim.com.mo/local/beatriz-basto-silva-do-centenario-do-nascimento-do-padre-benjamim-videira-pires/>) ou como tendo sido os jesuítas portugueses de Macau (Francisco Videira Pires, *Padre adre Benjamim Videira Pires...*, p. 53). Existem pequenos textos publicados em R&P por BVP, a propósito do aniversário da revista, que são coincidentes com a posição assumida neste artigo.
- 7 Há um período em que a revista foi semanal e nos últimos anos, já sob a direcção de BVP, passa a quinzenal. Sobre a história da revista R&P ver Pe. Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente* (Macau: Notícias de Macau, 1965), pp. 77-95 e 277-279. Há uma reedição fac-similada desta obra no ano de 1999, com um prefácio de Afonso Camões, então director do Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau.
- 8 A emigração macaense para Hong Kong iniciou-se em 1842 como reflexo das desastrosas consequências económicas e sociais decorrentes da Primeira Guerra do Ópio. (*Vide* a tese de doutoramento de Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense: Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)*, apresentada na Universidade de Lisboa em 2011.
- 9 João de Deus Ramalho (1890-1958) foi bispo de Macau de 1942 a 1954. Era natural de S. Vicente da Beira no distrito de Castelo Branco, em Portugal.

BENJAMIM VIDEIRA PIRES, SJ: IN MEMORIAM

de Macau, preocupado com a religião e a educação da juventude e atento às realidades do seu tempo, com destaque para Portugal, China e Macau.

Estamos perante um autor que deixou um inestimável contributo no panorama intelectual de Macau do século xx, pelo que os seus trabalhos deveriam ser objecto de profunda análise e, quiçá, da edição completa da sua obra, porventura uma das melhores formas de o recordar e homenagear por ocasião do centenário do seu nascimento. **RC**

- 10 Pe. Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa...*, pp. 78 e 80.
- 11 Capa de R&P de 5/02/1961 em que está estampado o seguinte poema: Amanhece/A Virgem estende os braços/e oferece/Jesus/ Pelos espaços/ de novo, a luz,/com um sorriso/dissipa a treva/Um par de pombas anuncia/a paz e a alegria/ - a volta dos filhos de Eva/ao Paraíso. A capa do n.º 28 de 17/07/1960 tem impressa a carta do vice-rei da Índia, D. Duarte de Menezes, a Toyotomi Hideyoshi. Ver, também, Pe. Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa...*, p. 83.
- 12 R&P, 1965: 514. O Dr. Pedro José Lobo (1892-1965) uma personalidade de Macau, conhecida e muito influente, no seu tempo, na vida social, económica e financeira de Macau e Hong Kong, devido entre outros motivos as importantes funções exercidas nas áreas económica e financeira de Macau.
- 13 Por exemplo: Manuel Teixeira: “Noite de Infâmia: Portugueses traiçoeiramente massacrados pelo marinheiro Manuel” (1959: 515); “Catálogo dos missionários” (1966: 17); “Ano Jubilar em Macau: algumas datas” (1956: 362, 386, 457, 508, 557, 660, 743, 817); Joaquim Guerra (que também assina SIC): “Três anos de apostolado (1957:5)”, “Pai Nosso... Como se reza nas cadeias comunistas” (1957:173), “Glória ao Pai” (1957:319) e “Avé Maria” (1957: 415); Anacleto Pereira Dias (que assina APD): “De novo, a criança” (1957: 131); “Pio XII e a escola” (1957: 177); “Companheiros construtores” (1957: 29); “Apostolado da oração” (1957: 274). Entre os irmãos destacam-se Manuel José Videira Pires e Francisco Videira Pires. Este último era padre jesuíta, tendo sido director do *Mensagem de Bragança* e professor de Sociologia da Universidade da Beira Interior, em Portugal. Publicou inúmeros artigos em R&P. Entre eles: “O fim do comunismo” (1957: 57), “Uma nova história da literatura portuguesa” (1957: 149), “Um centenário esquecido: O batíbio de Haeckel” (1957: 221), “Aproximação cultural necessária” (1966: 187).
- 14 Diário católico e semanário regionalista e nonárquico, respectivamente, publicados em Lisboa.
- 15 “Embaixada mártir”, R&P, 1965: 337; Comunicação apresentada no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros e publicada em *ibidem*, 1966: 177, 514.
- 16 R&P,1965: 452.
- 17 *Ibidem*, 1960: 65. Ver também o editorial “A importância da imprensa” (*ibidem*, 1959: 33).

18 Francisco Videira Pires, *Padre Benjamim Videira Pires, Meu Irmão*, p. 53.

19 Nem todos os números de R&P incluem editoriais, sendo em alguns períodos, como é o caso dos anos de 1960 e 1961, frequentemente substituídos por textos de outra natureza como, por exemplo, contos, alguns da autoria de BVP ou por este adaptados.

20 R&P, 1960: 449; 1960: 481; 1960: 497. A obra *A Mulher Venceu* foi publicada por Edições Religião e Pátria (Macau: 1956).

21 R&P, 1955: 362; 1955: 437.

22 *Ibidem*, 1955: 169.

23 *Ibidem*, 1965: 710;1966: 322.

24 *Ibidem*, 1956: 556.

25 *Ibidem*, 1957: 193; 1959: 358; 1959: 19; 1959: 22.

26 É muito curioso o editorial intitulado “Fevereiro português” onde, a propósito das habituais temperaturas gélidas do segundo mês do ano e da grande instabilidade e variação de temperaturas nessa época em que habitualmente se inicia o ano lunar (Ano Novo chinês), citando ditos populares das Beiras e de Trás-os-Montes, mas também factos e dizeres de Macau e de Hong Kong, referindo que “em Macau, onde impera a sabedoria dos mandarins, há também 10 dias antes do Ano Novo Chinês, ‘o grande frio’ (*tai-hón*) e, 15 dias antes deste ‘o pequeno frio’(*sio hón*)” (1957: 121). Este recurso à sabedoria popular está também presente na poesia, por exemplo, em “Abril português” (*ibidem*, 1957: 302).

27 *Ibidem*, 1955: 509;1956: 529; 1959: 355.

28 Editora Apostolado da Imprensa do Porto, 1963.

29 Como nos dá conta Luís Gonzaga Gomes em *Bibliografia Macaense* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1987).

30 “Os protestantes e a confissão”, R&P, 1960: 21.

31 *Ibidem*, 1964: n.º 10: 14; 1964: n.º14: 25.

32 Editorial de 31 de Janeiro de 1964.

33 Vide nota de rodapé n.º 36.

34 R&P, 1969: 165; 1969: 642.

35 *Ibidem*, 1959: 647.

36 Por exemplo, sobre Ferreira de Castro afirma estarmos perante “um grande romancista inato da vida real. Literariamente não se pode considerar um mestre ou um artista, na prosa...carrega demasiado, às vezes, as cores do quadro das injustiças humanas e, esquecido da sua missão de romancista (observar e viver) arvora-se em doutrinador [...] não é religioso ou católico, nem manifesta preocupações morais nos seus livros, Estes níveis mais altos e eternos da humanidade não os atingiu o seu espírito demasiado preso ao barro. (*ibidem*, 1955: 111).

37 *Ibidem*, 1956: 265.

38 Artigo inserido na secção juvenil, *ibidem*, 1960: 345.

39 *Ibidem*, 1960: 350.

40 *Ibidem*, 1960: 18.

41 Condensado da Revista *Brotéria*, vol. 61, n.º 5 e do *Notícias de Portugal*, Ano IX. n.º 451 e publicado em R&P, 1956: 34.

42 R&P, 1959: 129; 1959: 17; 1959: 611.

43 *Ibidem*, 1957: 224.

44 *Ibidem*, 1959: 311, 327, 403.

45 *Ibidem*, 1967: 34;1965:34 e 1959: 230, respectivamente.

46 *Ibidem*, 1956: 535.

47 *Ibidem*, 1957: 343.

48 *Ibidem*, 1955: 271.

49 Trata-se de um artigo não assinado (*ibidem*, 1965: 675).

50 Aliás o artigo começa com a referência de que o poema “A Mensagem” apresentado ao júri do então Secretariado de Propaganda Nacional, órgão oficial do Governo de Lisboa para questões de publicidade,

cultura e informação, apenas mereceu uma simples menção honrosa (*ibidem*, 1960: 18).

51 *Ibidem*, 1957: 36.

52 *Ibidem*, 1959: 87; 1965: 656 e 743.

53 *Ibidem*, 1957: 125.

54 *Ibidem*, 1967: 34; 1957: 36 e 1965: 524.

55 *Jardins Suspensos* (1955), *Descobrimentos: Poesias* (1958), *Espelho do Mar* (1986) e *Palavras-Poemas* (1994). Quanto aos poemas temos, por exemplo, 1957: 78; 1957: 121.

56 Como por exemplo: João de Deus: R&P, 1959: 243; Pe. Moreira das Neves: *ibidem*, 1959: 262; Pedro Homem de Melo: *ibidem* 1957: 26, 1966: 1086; Ruy d’Avintes, *ibidem*, 1956: 278; Fernando Pessoa: *ibidem*, 1956: 375, 1965: 92; José Régio: *ibidem*, 1956: 491; Guerra Junqueiro, *ibidem*, 1959: 216; Miguel Torga, *ibidem*, 1959: 3966: 384; Eugénio de Castro, *ibidem*, 1959: 86 e 19.

57 *Ibidem*, 1955: 1115;1955: 1062; 1956: 5; 1956: 815; 1956: 1005; 1965: 209, 241, entre outros.

58 *Ibidem*, 1966: 165.

59 Ai Tsing ou Ai Qing visitou Macau em 1988 a convite do Instituto Cultural de Macau. Chegou a ser ventilado o seu nome como candidato a um Prémio Nobel.

60 Outro artigo sobre o património de Macau: “A antiga ermida do Bom Jesus, na Penha”, R&P, 1966: 623.

61 *Ibidem*, 1966: 426.

62 Este artigo (*ibidem*, 1956: 794) foi precedido de um outro sobre o mesmo quadro datado de 1955: 779.

63 *Ibidem*, 1968: 6; 1965: 121; 1957: 298; 1965: 482, respectivamente.

64 *Ibidem*, 1965: 720.

65 *Ibidem*, 1965: 130.

66 Como, por exemplo, *ibidem*, 1955: 224.

67 Editorial, *ibidem*, 1967: 2.

68 *Ibidem*, 1957: 36.

69 *Ibidem*, 1965: 165.

70 *Ibidem*, 1960: 435.

71 *Ibidem*, 1956 : 708; 1960: 470; 1960: 499.

72 Por exemplo: *ibidem*, 1964: 29; 1965: 177.

73 *Ibidem*, 1967: 457.

74 *Ibidem*, 1965: 154, 361, 405, 435.

75 *Ibidem*, 1959: 3, 21 e 31.

76 *Ibidem*, 1959: 5.

77 *Ibidem*, 1956: 607, 626, 678; 771.

78 Por exemplo, *ibidem*, 1965: 51.

79 *Ibidem*, 1965: 50.

80 *Ibidem*, 1960: 354.

81 *Ibidem*, 1956: 146; 1957: 245, 271;1958: 135; 1959: 485, 501.

82 *Ibidem*, 1959: 52.

83 *Ibidem*, 1957: 151;1960: 370; 1955: 584; 1955: 1011.

84 *Ibidem*, 1957: 151.

85 *Ibidem*, 1966: 205.

86 *Ibidem*, 1959: 210, 227, 261, 276, 297, 371, 389; 1959: 419; 1965: 186 e 229.

87 *Ibidem*, 1956: 242; 1956: 278; 1956: 582, respectivamente.

88 Publicada em vários números de R&P, em 1966 e 1967, com diferentes títulos: “A vida marítima de Macau (1700-1800)” e “A vida marítima de Macau no século xviii”.

89 Revista n.º 22 do ano de 1964.

90 Documento publicado por C. R. Boxer no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Abril de 1937: 726-740.

91 R&P, 1960: 499.

92 *Ibidem*, 1965: 73.

Categorizing the Early Literature of Macao and the Role of Tang Xianzu

CAI JIEHUA* AND RODERICH PTAK**



INTRODUCTION

In recent years scholars in Macao, Hong Kong and other locations undertook serious efforts to define the field of ‘Macao Literature’, or *Aomen wenxue* 澳门文学. Literature in this context refers to poetry, novels, short stories and texts written for dramatic

performances (and not to historical documents and works definitely beyond the boundaries of belletristic production). By now, the Macao specialist encounters several major studies on this theme and there are sizeable collections as well as ‘secondary’ works which provide a full account of the entire field, usually in the form of an outline history that sketches the development of ‘Macao Literature’ in a broad sense. These works consider certain genres and themes, and in some cases they build on a large body of earlier works.¹

In spite of careful scholarly investigation, one cannot but concede that debates on what ‘Macao Literature’ as a category should be, or should stand for, are a fairly recent phenomenon. Moreover, only two or three decades prior to the change of administration in Macao from Portuguese to Chinese rule, local authorities and institutions began to seriously promote public interest in the fact that old Macao was not totally devoid of literary production, indeed, that it could look back to its own traditions, and that it might be rewarding to systematically explore

* 蔡洁华 M.A. in Romanic Philology and Dr. phil. degree in Sinology, both Ludwig-Maximilians-Universität, Munich; 2008-2014, lecturer in Sinology; since 2015, assistant professor, both in Munich; publications on Chinese popular religions, especially Mazu, and Ming-Qing novels.

Mestrado em Filologia Românica e doutoramento em Sinologia, Ludwig-Maximilians-Universität, Munique; 2008-2014, docente da língua chinesa; desde 2015, professora assistente, ambas em Munique; obras publicadas sobre religião popular chinesa, notadamente o culto de Mazu, e romancas da época Ming-Qing.

** M.A. in Economics (Guelph, Canada), Dr. phil. and habil. degrees in Sinology (both Heidelberg); professor of Chinese Studies, first in Heidelberg, then in Mainz-Germersheim, since 1994 at the Ludwig-Maximilians-Universität, Munich; books and articles on China’s maritime history, Macao, Chinese Literature, etc.

Mestrado em Economia (Guelph, Canada), doutoramento e “habilitation” em Sinologia (Heidelberg); professor de Estudos Chineses em Heidelberg, depois e m Mainz-Germersheim, desde 1994 na Ludwig-Maximilians-Universität, Munique; livros e artigos sobre história marítima da China, Macau, literatura chinesa, etc.